



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2024
PROCESSO DE COMPRAS Nº 03/2024
PROCESSO Nº 22/2024**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA**, inscrita sob CNPJ nº 50.444.108/0001-41, por intermédio do Setor de Compras, informa que se encontra aberta **DISPENSA DE LICITAÇÃO, TIPO MENOR PREÇO** nos termos do **Artigo Nº 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021**, e as exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

- **Apresentação das propostas e anexo II (no caso de enquadramento) e anexo III:** Até as 14:00 do dia 29/07/2024.
- **Julgamento das propostas enviadas:** Dia 29/07/2024 às 16h00min.
- **Apresentação da documentação de habilitação (do vencedor):** Em até 2h00 (duas) horas contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente de contratação.
- **Endereço eletrônico para envio das propostas, anexos e documentação de habilitação:** compras@camaracaragua.sp.gov.br
- **Referência de tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS POLTRONAS, LONGARINAS E CARPETE NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, conforme especificações descritas no Termo de Referência, que integra o presente Aviso de Contratação Direta, em todos os seus termos e condições, quando deles a Câmara Municipal de Caraguatatuba tiver a necessidade.

1.1. Solicitação de compras abaixo indicada, proveniente do documento de formalização de demanda apresentada:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

CÂMARA	SOLICITAÇÃO DE COMPRAS
Direção Geral	56/2024

2. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTA

2.1. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Aviso de Contratação Direta poderão solicitar os esclarecimentos em até **24h úteis** antes da data fixada para apresentação das propostas, pelo endereço de e-mail: compras@camaracaragua.sp.gov.br.

3. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E ANEXOS

3.1. A proposta deverá conter a indicação do VALOR UNITÁRIO, TOTAL DO ITEM, e VALOR TOTAL DA PROPOSTA, nos moldes do **Anexo IV** e ainda:

- Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contado(s) da data de apresentação das propostas. Na falta de tal informação será considerado proposto o prazo citado nesta alínea;
- O(s) preço(s) do valor unitário e total do item deve(m) ser cotado(s) em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com centavos de no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso seja apresentado preço com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, o(a) Agente de Contratação considerará apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais, sem qualquer tipo de arredondamento;
- Especificação clara, completa e detalhada do serviço/produto ofertado, conforme definido no Termo de Referência.

3.2. A documentação necessária à participação na presente Dispensa de Licitação, compreendendo os documentos referentes à Proposta Comercial, Habilitação e Anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.

3.3. Quando a licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte e desejar gozar dos benefícios das Leis Complementares nº 123/2006 e nº 147/2014 deverá DECLARAR sob as penas da Lei o seu enquadramento a microempresa ou a empresa de pequeno porte, nos moldes do **Anexo II**.

3.4. Declaração Unificada, conforme Modelo de Declaração, constante do **Anexo III** deste Aviso de contratação direta.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

3.5. Estes documentos: Proposta Comercial (Anexo IV), Enquadramento ME – EPP (Anexos II) e Declaração unificada (Anexo III), DEVERÃO ser enviados até a data limite estipulada e email indicado neste aviso de contratação direta.

3.6. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos indicados no subitens anteriores, impedirá a participação do fornecedor no presente certame.

3.7. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ indicado no cadastro da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente Dispensa de Licitação.

3.8. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

3.9. A apresentação da proposta vinculará a empresa ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao processo.

3.10. A participação no processo importa em total, irrestrita e irretratável submissão das empresas proponentes às condições deste Aviso de Contratação Direta.

3.11. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

4. DA HABILITAÇÃO (DO VENCEDOR)

4.1. Somente a(s) empresa(s) declarada(s) vencedora após o julgamento da proposta, deverá(ão) enviar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, devendo ser enviados em até 2h00 (duas) horas, contados da notificação enviada pelo Agente de contratação, que será enviada ao email que o fornecedor enviou a proposta comercial.

4.2. Os referidos documentos deverão estar dentro de seu prazo de validade.

4.3. A administração realizará verificação de autenticidade da documentação enviada.

4.4. Fica FACULTADO a Câmara solicitar envio dos originais ou cópia autenticada.

4.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

4.5.1. Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos; ou Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

4.5.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

4.5.3. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.5.4. Prova de Regularidade fiscal com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Tributários Inscritos em Dívida Ativa do Estado) e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, (ISSQN e Tributos Mobiliários) ou equivalente na forma da Lei.

OBS: A Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, para as empresas com domicílio ou sede em Caraguatatuba/SP, compreendem duas Certidões distintas sendo uma Certidão de Tributos Mobiliários e outra exclusiva para o ISSQN.

4.5.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, a Dívida Ativa da União e Seguridade Social), alterada pela Portaria nº 443/10/2014 do Ministério da Fazenda;

4.5.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do CRF – Certificado de Regularidade FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei, permitindo a apresentação de certidões positiva com efeito de negativa;

4.5.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, relativa a débitos trabalhistas (conforme Lei Federal nº 12440/2011, que veio dar nova redação aos art. 62, inciso III e art. 68, inciso V da Lei Federal nº 14.133/21);

4.5.8. Prova de regularidade mediante ao Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre o atendimento ao art. 92, inciso XVII, da Lei Federal 14.133/21, relativo a cota de aprendizes que pode ser obtido por intermédio do link <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>;

4.5.9. Na hipótese de não constar prazo de validade nas Certidões apresentadas, serão



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

4.5.10. Documento válido com foto, dos sócios da empresa ou dos representantes legais (RG ou equivalente).

4.6. Se a empresa for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1. O julgamento será feito pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

5.2. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Aviso de Contratação Direta serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

5.3. Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou se a empresa desatender às exigências de habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação da participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Aviso de Contratação Direta. Também nessa etapa o Agente de Contratação poderá negociar com a participante para que seja obtido preço melhor.

5.4. Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Aviso de Contratação Direta, o objeto será ratificado ao autor da proposta de MENOR PREÇO.

5.5. Para esta Dispensa a classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos.

6. DESEMPATE

6.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (Lei 14.133/21, art. 60):

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Decreto nº 11.430, de 2023)

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no **caput** deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 61. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

§ 1º A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

§ 2º A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente dispensa correrão por conta da seguinte dotação:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE
12	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	01



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

8. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, em moeda corrente no país, contados da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, observando-se disposto no Art. 137, inciso V, e art. 141, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Os preços apresentados pela CONTRATADA terão valores expressos em reais (R\$) compatíveis com os de mercado, inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas e quaisquer outros.

8.3. Em cumprimento ao Decreto Municipal 1.862 de 01 de setembro de 2023, do Poder Executivo Municipal, onde, a CONTRATANTE fará retenção do imposto de renda sobre o pagamento a ser realizado ao prestador de serviço ou fornecedor de bens, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações promovidas pela Instrução Normativa RFB nº 2.145 de 26 de junho de 2023.

8.4. O pagamento será efetuado mediante a comprovação da execução dos serviços de acordo com as especificações contidas na Autorização de Serviço (A.S).

8.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. A nota fiscal e as demais documentações necessárias, à quitação do pagamento, deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico: fiscal@camaracaragua.sp.gov.br.

8.8. Em se tratando de execução de serviços ou fornecimento de produtos, a CONTRATADA deverá encaminhar juntamente com as notas fiscais respectivos relatórios de prestação de serviço ou fornecimento, devidamente formalizada constando os dados necessários para comprovar a entrega dos produtos.

I. Serão aceitos relatórios com os dados dos contratados e/ou colaboradores, ficha de registro e/ou folha de ponto, relatório fotográfico, planilhas de medições, etc, toda documentação necessária para atestar a prestação de serviço ou fornecimento.

8.9. A Nota Fiscal emitida será retida pela CONTRATANTE, que a remeterá ao setor competente para pagamento somente após atestado o aceite definitivo dos produtos.

8.10. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.11. A Nota Fiscal em questão deverá ser obrigatoriamente eletrônica e deverá constar o número da conta corrente e a agência do banco em que mantiver tal conta.

8.12. Caso a Nota Fiscal ou o Relatório de Pagamento encaminhados contenham erros, serão devolvidos imediatamente à CONTRATADA, que terá o prazo de 24 (vinte quatro) horas para substituí-los, retificando-os, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

8.13. Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

8.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I.O prazo de validade;

II.A data da emissão;

III.Os dados do contrato, número da A.S ou empenho do órgão contratante;

IV.A descrição dos itens deverá estar de acordo com a descrição constante na autorização de fornecimento (A.S);

V.O período respectivo de execução do contrato;

VI.O valor a pagar; e

VII.Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

8.18. A CONTRATADA não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos no termo de referência e no aviso de contratação direta, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

8.19. Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e considerados o fornecimento e/ou execução em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na legislação e neste termo de referência.

9. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Autorização de Serviço.

9.2.

9.3. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa formal, até 02 (dois) dias do vencimento do prazo de execução do objeto, ficando a critério da Contratante a sua aceitação.

9.4. A Contratada fica responsável por toda a logística de distribuição, fornecendo todos os equipamentos e mão de obra necessárias, sendo responsável ainda pelo correto acondicionamento e transporte dos materiais.

9.5. A Contratada fica responsável ainda pela observância de todas as Normas e Legislações pertinentes ao ramo de atividade.

9.6. Os serviços serão recebidos:

9.6.1. Provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021);

9.6.2. Definitivamente, no prazo de até 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

9.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo os serviços serem reparados e/ou produto substituído no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10. PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total da obrigação objeto da contratação será aplicada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Autorização de Serviço.

10.2. Pela inexecução parcial do ajuste será aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da Autorização de Serviço.

10.3. O atraso na execução do objeto sujeitará a empresa vencedora à multa de mora de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor da Autorização de Serviço por dia de atraso, até o 15º (décimo quinto) dia, que após o período poderá ser considerada inexecução total ou parcial do ajuste, conforme o momento da autorização de serviço.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A empresa é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da empresa que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a anulação da Autorização de Serviço, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.2. Fica assegurado a Câmara Municipal o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente procedimento, dando ciência as participantes, na forma da legislação vigente, poderá ainda, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, ser:

- a) Adiada a data de cadastramento de propostas;
- b) Alterada as condições do presente Aviso de Contratação Direta, com fixação de novo prazo para a sua realização.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

11.3. É facultado ao Agente de contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.4. As empresas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.

11.5. As normas que disciplinam este Processo serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. As empresas assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo.

11.7. A Câmara, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar ou anular a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado da autoridade competente.

11.8. As empresas não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento.

11.9. Constituem anexos deste Aviso de Contratação Direta, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Declaração de Enquadramento – ME ou EPP;
- c) Anexo III – Modelo de declaração unificada;
- d) Anexo IV – Modelo de proposta comercial;
- e) Anexo V – Minuta do instrumento contratual;
- f) Anexo VI – Termo de ciência e de notificação.

Caraguatatuba, 22 de julho de 2024.

LOISE BOLOGNINI

Agente de Contratação

Setor de Licitações e Contratos

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 21/2024

1. DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS POLTRONAS, LONGARINAS E CARPETE NAS DEPENDENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Câmara Municipal de Caraguatatuba, no exercício de suas funções institucionais, busca zelar pela saúde, segurança e bem-estar de seus servidores e munícipes que frequentam o local. Nesse contexto, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para a realização de serviços de limpeza e higienização profunda das poltronas, longarinas e carpete nas dependências da Câmara, visando atender às normas sanitárias e promover um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades laborais e à recepção do público.

2.2. A Câmara não possui servidores qualificados e com experiência comprovada em higienização profissional de mobiliário e revestimentos, comprometendo a qualidade do serviço e colocando em risco a saúde dos frequentadores.

2.3. A Câmara não dispõe dos equipamentos necessários para realizar a higienização de forma eficaz, como aspiradores de pó profissionais, extratoras de água e produtos específicos para cada tipo de material, essenciais para a remoção profunda de sujidades e poeiras.

2.4. A higienização manual das poltronas, longarinas e carpete não é suficiente para remover toda a sujeira e poeiras acumuladas, podendo ocasionar problemas de saúde como alergias e doenças respiratórias, além de comprometer a estética do ambiente.

2.5. A necessidade de realizar a higienização profissional das poltronas, longarinas e carpete configura-se como medida urgente e imprescindível, pois a ausência de um ambiente salubre e seguro compromete a saúde dos servidores e munícipes que frequentam a Câmara, expondo-os a microrganismos patogênicos e agentes alérgenos presentes na poeira e sujidades acumuladas, a falta de limpeza adequada causa danos



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

ao mobiliário e revestimentos, deteriorando-os prematuramente e gerando prejuízos ao erário público, bem como um prejuízo à imagem institucional, pois um ambiente sujo e mal cuidado afeta negativamente a imagem da Câmara Municipal de Caraguatatuba, transmitindo a impressão de desorganização e descaso com o bem-estar público.

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços contratados englobam a limpeza, higienização e remoção de manchas, com a utilização de técnica de lavagem, xampu bactericida e sistema de secagem rápida;

3.2. A umidade residual deverá ser mínima e suficiente para desaparecer em seis horas após o término do serviço, em temperatura ambiente;

3.3. O processo de limpeza dos assentos e encostos consiste em: retirar toda sujeira, remover as manchas e restabelecer a aparência original;

3.4. O serviço deverá ser realizado com produtos e maquinário apropriados para lavagem, secagem e higienização de estofados. Deixando-os secos e sem odor, apropriados a seu uso no dia útil subsequente ao serviço;

3.5. Os serviços serão iniciados após o recebimento da Autorização de Serviços.

4. DA QUANTIDADE

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Longarinas de 3 lugares em tecido	002
Longarinas 6 lugares em tecido	005
Longarinas de 5 lugares em tecido	006
Longarina de 4 lugares em tecido	002
Longarina de 3 Lugares em Couro PU	003
Sofá de 3 Lugares em Couro PU	002
Poltrona Retro Fixa em Couro PU	010
Cadeira Giratória em Couro PU	097
Cadeira Fixa em Couro PU	078
Cadeira Fixa em tecido	004
Carpete Plenário	72m ²
Carpete Sala de Som	15m ²



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

5. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E ANEXOS

5.1. A proposta deverá conter a indicação do VALOR UNITÁRIO, TOTAL DO ITEM, e VALOR TOTAL DA PROPOSTA, nos moldes do Anexo I e ainda:

- a) Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contado(s) da data de apresentação das propostas. Na falta de tal informação será considerado proposto o prazo citado nesta alínea;
- b) O(s) preço(s) do valor unitário e total do item deve(m) ser cotado(s) em moeda nacional, em algarismo e por extenso, com centavos de no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso seja apresentado preço com mais de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, o(a) Agente de Contratação considerará apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais, sem qualquer tipo de arredondamento;

5.2. Quando a licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte e desejar gozar dos benefícios das Leis Complementares nº 123/2006 e nº 147/2014 deverá DECLARAR sob as penas da Lei o seu enquadramento a microempresa ou a empresa de pequeno porte, nos moldes do Anexo II.

5.3. Declaração Unificada, conforme Modelo de Declaração, constante do Anexo III deste Termo de Referência.

5.4. Ao enviar a Proposta Comercial (Anexo I), os documentos de Enquadramento ME – EPP (Anexos II) e Declaração unificada (Anexo III), DEVERÃO ser anexados juntamente com a proposta comercial.

5.5. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos indicados nos subitens anteriores, impedirá a participação do fornecedor no presente certame.

5.6. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ indicado no cadastro da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente Dispensa de Licitação.

5.7. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

5.8. A apresentação da proposta vinculará a empresa ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao processo.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

5.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações e executar objeto nas condições previstas no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- I. Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos;
- II. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- III. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- IV. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal de Caraguatatuba ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;
- V. Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- VI. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto;
- VII. A Contratada obriga-se a realizar a entrega do objeto conforme quantitativos e condições definidos no Termo de Referência, a partir do recebimento da Autorização de Serviço;
- VIII. O objeto, mesmo executado e aceito fica sujeito à substituição/reparação em sua totalidade pela Contratada desde que comprovada a existência de adulteração, cuja verificação só será possível posteriormente;
- IX. No preço global deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive com transporte, encargos da legislação social, trabalhista, tributária e previdenciária, bem como a responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

- X. Todos os tributos incidentes sobre o objeto, legalmente atribuíveis à Contratada serão por ela pagos e seus respectivos comprovantes apresentados à Contratante, sempre que exigidos;
- XI. A Contratante estará livre de responder por obrigações assumidas pela Contratada, junto a terceiros, visando o fornecimento do objeto ora ajustados;
- XII. Efetuar os trabalhos de modo a garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
- XIII. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que nas dependências da Câmara Municipal de Caraguatatuba;
- XIV. Utilizar exclusivamente funcionários devidamente identificados com crachás, uniformizados, qualificados e com experiência, assumindo total responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive as decorrentes de indenizações e seguros, devendo ser cumpridas as normas gerais e/ou especiais de segurança e de medicina do trabalho, principalmente as que afetam a natureza dos serviços contemplados neste Termo.
- XV. Manter, durante a execução da contratação, todas as condições de idoneidade exigidas na contratação, principalmente a regularidade fiscal, social e trabalhistas, o licenciamento junto às autoridades sanitárias e ambientais competentes, além de se sujeitar a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de Direito Público;
- XVI. Fornecer materiais, produtos e equipamentos de trabalho, principalmente de segurança, coletivos e individuais, (EPI e EPCs), adequados e necessários à consecução dos serviços constantes deste Termo de Referência, sem quaisquer ônus para a contratante, responsabilizando-se pelo quantitativo e qualitativo dos materiais, produtos e equipamentos empregados;
- XVII. Promover a sinalização e proteção adequada relativa aos serviços, principalmente nas áreas de risco de acidentes;
- XVIII. Comunicar ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários, em no máximo 24h.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Constituem-se obrigações da CONTRATANTE:

- I. Disponibilizar profissional específico, indicado pela Contratante, para acompanhar a execução do objeto;
- II. Encaminhar formalmente a demanda, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- III. Receber o objeto executado pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta, conforme inspeções realizadas no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- IV. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- V. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- VI. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- VII. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- VIII. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

7.2. A Câmara Municipal de Caraguatatuba não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. Notificar a CONTRATADA, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto entregue/execução, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

7.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

7.5. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

entrega/execução do objeto licitado.

8. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A execução contratual inicia-se em até 5 (cinco) dias a partir do recebimento da Autorização de Serviços pela CONTRATADA;

8.2. O número de cadeiras e as datas para lavagem deverão seguir um calendário previamente acordado com a Direção da Casa, num prazo que não ultrapasse a vigência do contrato.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, em moeda corrente no país, contados da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, observando-se disposto no Art. 137, inciso V, e art. 141, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o fornecedor apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura as certidões Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado, a Certidão Débitos Trabalhistas (CNDT) e o Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, dentro de seus períodos de validade, encaminhando para o e-mail: fiscal@camaracaragua.sp.gov.br.

9.2. Os preços apresentados pela CONTRATADA terão valores expressos em reais (R\$) compatíveis com os de mercado, inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas e quaisquer outros.

9.3. Em cumprimento ao Decreto Municipal 1.862 de 01 de setembro de 2023, do Poder Executivo Municipal, onde, a CONTRATANTE fará retenção do imposto de renda sobre o pagamento a ser realizado ao prestador de serviço ou fornecedor de bens, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações promovidas pela Instrução Normativa RFB nº 2.145 de 26 de junho de 2023.

9.4. O pagamento será efetuado mediante a comprovação da execução do serviço de acordo com as especificações contidas na Autorização de Serviço (A.S).

9.5. Os objetos em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência e na proposta, terão seu recebimento conforme segue.

9.6. Os serviços serão recebidos:



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

9.6.1. Provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.8. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.9. Definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.

9.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.13. A nota fiscal e as demais documentações necessárias, à quitação do pagamento, deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico: fiscal@camaracaragua.sp.gov.br.

9.14. Em se tratando de execução de serviços a CONTRATADA deverá encaminhar juntamente com as notas fiscais respectivos relatórios de prestação de serviço, devidamente formalizada constando os dados necessários para comprovar a prestação dos serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

9.14.1. Serão aceitos relatórios com os dados dos contratados e/ou colaboradores, ficha de registro e/ou folha de ponto, relatório fotográfico, planilhas de medições, etc, toda documentação necessária para atestar a prestação de serviço ou fornecimento.

9.15. A Nota Fiscal emitida será retida pela CONTRATANTE, que a remeterá ao setor competente para pagamento somente após atestado o aceite definitivo dos serviços.

9.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.17. A Nota Fiscal em questão deverá ser obrigatoriamente eletrônica e deverá constar o número da conta corrente e a agência e banco em que mantiver tal conta.

9.18. Caso a Nota Fiscal ou o Relatório de Pagamento encaminhados contenham erros, serão devolvidos imediatamente à CONTRATADA, que terá o prazo de 24 (vinte quatro) horas para substituí-los, retificando-os, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

9.19. Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

9.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

9.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.22.1. O prazo de validade;

9.22.2. A data da emissão;

9.22.3. Os dados do contrato ou ata e do órgão contratante;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

9.22.4. A descrição dos itens deverá estar de acordo com a descrição constante na autorização de serviço (A.S);

9.22.5. O período respectivo de execução do contrato;

9.22.6. O valor a pagar; e

9.22.7. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

9.24. A CONTRATADA não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos no presente Termo, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

9.25. Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na legislação e neste edital.

9.26. A revisão está prevista no art. 124 (inciso II, alínea “d”) da Lei Federal nº 14.133/2021 e objetiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), Lei Complementar Federal nº 123/2006 e posterior alteração, e demais normas aplicáveis subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.078/1990.

10.2. A presente contratação é balizada pelos preceitos definidos no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021 e paralelamente as Portarias dessa Casa de Leis, que regula a nova lei de licitações no âmbito da Câmara Municipal de Caraguatatuba/SP.

10.3. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

10.4. Os casos omissos serão solucionados diretamente pela comissão ou agente de contratação, submetida à decisão da Presidência da Câmara Municipal, observados os preceitos de direito público e as disposições legais vigentes.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Pela inexecução total da obrigação objeto da contratação será aplicada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Autorização de Serviço.

11.2. Pela inexecução parcial do ajuste será aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da Autorização de Serviço.

11.3. O atraso na entrega do objeto sujeitará a empresa vencedora à multa de mora de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor da Autorização de Serviço por dia de atraso, até o 15º (décimo quinto) dia, após o que, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do ajuste, conforme o momento da autorização de serviço.

12. DA GARANTIA

12.1. Entende-se por garantia o estrito cumprimento ao Termo de Referência, entregando qualidade.

12.2. Constatada alguma irregularidade nos serviços, o mesmo deve ser substituído ou refeito imediatamente.

12.3. Nos casos onde forem constatadas falhas, vícios aparentes ou ocultos, o fornecedor fica obrigado a reparar os serviços e/ou substituir o produto que comprovadamente tenha revelado defeito ou não surtido o efeito desejado, por item equivalente, assim considerando aquele que apresentar características técnicas iguais ou superiores aos substituídos/reparados, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

13. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

13.1. A CONTRATANTE designará servidor para Gestão e Fiscalização do Contrato, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

13.2. O(a) fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4. Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, a execução do presente objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Câmara Municipal de Caraguatatuba especialmente designado, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição

13.5. Dentre as principais atribuições do fiscal estão também:

13.5.1. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado no contrato;

13.5.2. Anotar em documento próprio as ocorrências;

13.5.3. Determinar a correção de faltas ou defeitos;

13.5.4. Aplicar ao Fornecedor as sanções administrativas de sua competência;

13.5.5. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

14. DA ESTIMATIVA DE VALOR

14.1. O custo estimado da aquisição será sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após a conclusão do procedimento de dispensa de licitação em observância nos termos do Art. 24 da lei federal 14.133/21.

14.2. A depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da administração. Nessas situações, a consagração de



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

princípios próprios da administração pública (interesse público e eficiência, sobretudo) recomendam que o preço orçado pela administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa no certame.

15. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. Os critérios de julgamento e aceitabilidade de preços se dará pela proposta de menor preço global.

16. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. O prazo de vigência do contrato é de 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, ou com base no artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A execução contratual inicia-se em até 5 (cinco) dias a partir do recebimento da Autorização de Serviços pela CONTRATADA.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas contratuais correrão por conta do orçamento do (a) CONTRATANTE discriminada a seguir:

FICHA	DOTAÇÃO	FONTE
12	3.390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	01

18. DO LOCAL DOS SERVIÇOS

18.1. Os serviços serão executados nas dependências da Câmara Municipal de Caraguatatuba, nos seguintes locais:

18.1.1. Sede: Av. Frei Pacifico Wagner, 830 - Centro - Caraguatatuba - São Paulo;

18.1.2. Anexo Administrativo: Av. Frei Pacifico Wagner, 605 - Centro - Caraguatatuba - São Paulo.

19. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), Lei Complementar Federal nº 123/2006 e posterior



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

alteração, e demais normas aplicáveis subsidiariamente, no que couber, a Lei nº 8.078/1990.

19.2. A presente contratação é balizada pelos preceitos definidos no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021 e paralelamente as Portarias dessa Casa de Leis, que regula a nova lei de licitações no âmbito da Câmara Municipal de Caraguatatuba/SP.

19.3. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

19.4. Os casos omissos serão solucionados diretamente pela comissão ou agente de contratação, submetida à decisão da Presidência da Câmara Municipal, observados os preceitos de direito público e as disposições legais vigentes.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A empresa é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo de compra direta. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.2. É facultado ao agente e/ou comissão de contratação, ou à autoridade superior, em qualquer fase do processo de compra direta, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.3. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal de Caraguatatuba não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de compra direta.

20.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização do processo de compra direta.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

ANEXO II

À CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

DL Nº 03/2024

PROCESSO Nº 22/2024

PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS POLTRONAS, LONGARINAS E CARPETE NAS DEPENDENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – ME OU EPP

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ é **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos do enquadramento previsto nas Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e nº 147, de 07 de agosto de 2014, cujos termos, **DECLARO** conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento de contratação, realizado pela Câmara Municipal de Caraguatatuba/SP.

Caraguatatuba/SP, _____ de _____ de 2024.

(representante legal)

ANEXO III



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(Papel timbrado da Empresa)

À CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

DL Nº 03/2024

PROCESSO Nº 22/2024

PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS POLTRONAS, LONGARINAS E CARPETE NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, que:

(1) Declaramos, para os devidos fins que a Empresa atende todas as condições de habilitação, conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Aviso de contratação direta e seus anexos, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas a contratação.

(2) Declaramos, para todos os fins que não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. (Lei Federal nº 9.854/1999)

(3) Declaramos, para fins que até a presente data inexistem fatos impeditivos quanto à nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

(4) Declaramos, para todos os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

(5) Declaramos, para todos os fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso VI, do artigo 13º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

(6) Compromete - se, formalmente, para satisfazer a execução do objeto contratado,



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Aviso de contratação direta, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, assim como disponibilidade técnico-operacional suficiente e satisfatória, a fim de assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

(7) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.º(a) _____, Portador(a) do RG sob o nº _____, e CPF sob o nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio / administrador / procurador / diretor / etc), responsável pela negociação dos valores, assinatura do Contrato / Ata de Registro de Preço e recebimento da Autorização de Serviço ou Fornecimento.

(8) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação/aquisição, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato / Ata de Registro de Preço/ Autorização de Serviço ou Fornecimento seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: _____

Telefone: (_____) _____

(9) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Setor de Licitações da Câmara Municipal de Caraguatatuba, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Local e Data _____, _____ de 2024.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome legível/Cargo)



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

ANEXO IV

À CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

DL Nº 03/2024

PROCESSO Nº 22/2024

PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS POLTRONAS, LONGARINAS E CARPETE NAS DEPENDENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, conforme especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I), que integram o Aviso de contratação direta, em todos os seus termos e condições.

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Fornecedor: _____
CNPJ: _____ Inscrição Estadual: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Telefone: _____ e-mail: _____

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Obs.: a conta deverá ser no CNPJ da favorecida

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU ENVIO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO/FORNECIMENTO:

Nome do Responsável: _____
Cargo: _____ RG: _____ CPF: _____
E-mail institucional: _____
Telefone: (____) _____ Celular: (____) _____

Pelo presente formulamos proposta comercial para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS POLTRONAS, LONGARINAS E CARPETE NAS DEPENDENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES**, conforme especificações descritas no Termo de Referência (Anexo I), que integram o



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

Aviso de contratação direta, em todos os seus termos e condições, conforme detalhado abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário R\$	Valor total do Item R\$
1	6	SERVIÇO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS POLTRONAS, LONGARINAS E CARPETE NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.		

Valor total da Proposta: R\$ _____, ____ (_____).

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação da proposta comercial para contratação direta.

Pagamento: O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias, após a entrega da nota fiscal devidamente atestado pelo fiscal de contratos, após conferência de todos os responsáveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o fornecedor apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura as certidões Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado, a Certidão Débitos Trabalhistas (CNDT) e o Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, dentro de seus períodos de validade, encaminhando para o e-mail: fiscal@camaracaragua.sp.gov.br.

Prazo para início da execução dos serviços: O início da execução dos serviços deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias, contados do recebimento da Autorização de Serviço.

Os serviços deverão ser executados nos prédios da Câmara Municipal, localizados nos seguintes endereços:

Sede: Avenida Frei Pacífico Wagner, nº 830, Centro, Caraguatatuba/SP.

Anexo Administrativo: Avenida Frei Pacífico Wagner, nº 605, Centro, Caraguatatuba/SP.

Declaro que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que por ventura possam recair sobre o fornecimento do objeto do procedimento de compra direta e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Caraguatatuba/SP, _____ de _____ de 2024.

(assinatura do representante legal/carimbo)



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

ANEXO V

CONTRATO N.º ____/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2024

PROCESSO INTERNO Nº 21/2024

PROCESSO DE COMPRA Nº 03/2024

CONTRATO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL
DE CARAGUATATUBA E A EMPRESA

_____ .

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.444.108/0001-41, com sede na Av. Frei Pacífico Wagner, 830, Centro, Caraguatatuba/SP, Cep:11660-280, doravante denominada apenas CONTRATANTE, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, o vereador RENATO LEITE CARRIJO DE AGUILAR, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº xxxxxxxxxxxx SSP/SP e inscrito no CPF sob nº xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, neste ato representado pelo senhor _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 21/2024 e em observância às disposições legais vigentes que regem o tema, resolvem celebrar o presente Instrumento Contratual, em observância da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo procedimento de Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II da referida Lei de Licitações, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS POLTRONAS, LONGARINAS E CARPETE NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, incisos IV, VII e XVIII)

2.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

2.2. A fiscalização do contrato dar-se-á por servidor público devidamente designado em ato administrativo próprio, nos termos da Portaria nº 12/2024, que deverá coordenar as atividades relacionadas às fiscalizações técnica e administrativa, bem como os atos preparatórios para a instrução processual de prorrogação, repactuação, reajuste e alteração contratual, garantia de execução, pagamento dos serviços executado, aplicação de sanções administrativas, término do contrato, dentre outros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A Contratada deverá obedecer às seguintes disposições:

3.1.1. Entregar o objeto do Contrato de acordo com as condições e prazos fixados neste Termo de Referência.

3.1.2. Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do Contrato.

3.1.3. A Contratada deverá zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

3.1.4. Comunicar a Contratante, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

3.1.6. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

3.1.7. A CONTRATADA obriga-se a realizar a entrega do objeto conforme quantitativos e condições definidos no Termo de Referência, a partir do recebimento da Autorização



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

de Serviço.

3.1.8. O objeto, mesmo executado e aceito fica sujeito à substituição/reparação em sua totalidade pela CONTRATADA desde que comprovada a existência de adulteração, cuja verificação só será possível posteriormente.

3.1.9. No preço global deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive com transporte, encargos da legislação social, trabalhista, tributária e previdenciária, bem como a responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros.

3.1.10. Todos os tributos incidentes sobre o objeto do Contrato, legalmente atribuíveis à CONTRATADA serão por ela pagos e seus respectivos comprovantes apresentados à CONTRATANTE, sempre que exigidos.

3.1.11. A CONTRATANTE estará livre de responder por obrigações assumidas pela CONTRATADA, junto a terceiros, visando o fornecimento do objeto ora ajustados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A Contratante deverá obedecer às seguintes disposições:

4.1.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços objeto desta contratação, não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela sua execução, reservando-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

4.1.2. Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidade referente à execução do Contrato.

4.1.3. Efetuar o pagamento à contratada, conforme previsão contratual, após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

4.1.4. Fiscalizar a execução do serviço.

4.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

4.1.6. Disponibilizar profissional específico, indicado pela CONTRATANTE, para fiscalização do objeto.

4.1.7. Receber o objeto executado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

4.1.8. Notificar a CONTRATADA, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto entregue/execução, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

4.1.9. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

4.1.10. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega/execução do objeto licitado.

4.1.11. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 92, INCISO V)

5.1. O valor total estimado do Contrato é de R\$ ().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas contratuais correrão por conta do orçamento da CONTRATANTE discriminada a seguir:

FICHA	DOTAÇÃO	FONTE
12	3.390.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	01

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO (ART. 92, INCISOS V E VI)

7.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias, em moeda corrente no país, contados da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada, observando-se disposto no Art. 137, inciso V, e art. 141, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o fornecedor apresentar juntamente com a nota fiscal/fatura as certidões Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado, a Certidão Débitos Trabalhistas (CNDT) e o Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, dentro de seus períodos de validade, encaminhando para o e-mail: fiscal@camaracaragua.sp.gov.br.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

7.2. Os preços apresentados pela CONTRATADA terão valores expressos em reais (R\$) compatíveis com os de mercado, inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas e quaisquer outros.

7.3. Em cumprimento ao Decreto Municipal 1.862 de 01 de setembro de 2023, do Poder Executivo Municipal, onde, a CONTRATANTE fará retenção do imposto de renda sobre o pagamento a ser realizado ao prestador de serviço ou fornecedor de bens, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 11 de janeiro de 2012, e alterações promovidas pela Instrução Normativa RFB nº 2.145 de 26 de junho de 2023.

7.4. O pagamento será efetuado mediante a comprovação da execução do serviço de acordo com as especificações contidas na Autorização de Serviço (A.S).

7.5. Os objetos em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência e na proposta, terão seu recebimento conforme segue.

7.6. Os serviços serão recebidos:

7.6.1. Provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. A CONTRATADA fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9. Definitivamente no prazo de 07 (sete) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13. A nota fiscal e as demais documentações necessárias, à quitação do pagamento, deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico: fiscal@camaracaragua.sp.gov.br.

7.14. Em se tratando de execução de serviços a CONTRATADA deverá encaminhar juntamente com as notas fiscais respectivos relatórios de prestação de serviço, devidamente formalizada constando os dados necessários para comprovar a prestação dos serviços.

7.15. Serão aceitos relatórios com os dados dos contratados e/ou colaboradores, ficha de registro e/ou folha de ponto, relatório fotográfico, planilhas de medições, etc, toda documentação necessária para atestar a prestação de serviço ou fornecimento.

7.16. A Nota Fiscal emitida será retida pela CONTRATANTE, que a remeterá ao setor competente para pagamento somente após atestado o aceite definitivo dos serviços.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.18. A Nota Fiscal em questão deverá ser obrigatoriamente eletrônica e deverá constar o número da conta corrente e a agência e banco em que mantiver tal conta.

7.19. Caso a Nota Fiscal ou o Relatório de Pagamento encaminhados contenham erros, serão devolvidos imediatamente à CONTRATADA, que terá o prazo de 24 (vinte quatro) horas para substituí-los, retificando-os, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

7.20. Constatando-se, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. O prazo de validade;

7.23.2. A data da emissão;

7.23.3. Os dados do contrato ou ata e do órgão contratante;

7.23.4. A descrição dos itens deverá estar de acordo com a descrição constante na autorização de serviço (A.S);

7.23.5. O período respectivo de execução do contrato;

7.23.4. O valor a pagar; e

7.23.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.25. A CONTRATADA não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos no presente Termo, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

7.26. Em caso de necessidade de providências por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e considerados o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na legislação e neste edital.

7.27. A revisão está prevista no art. 124 (inciso II, alínea “d”) da Lei Federal nº 14.133/2021 e objetiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. A vigência do contrato será de 06 (seis) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133/21.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

8.2. A prorrogação dependerá de pesquisa a ser realizada pela Contratada, a fim de se confirmar a manutenção da vantagem econômica para a Administração, inclusive quanto à paridade dos preços cobrados pela Contratada em outros ajustes com outros órgãos e entidades públicos.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, INCISOS XII e XIII)

8.1. Entende-se por garantia o estrito cumprimento ao Termo de Referência, entregando qualidade.

8.2. Constatada alguma irregularidade nos serviços, o mesmo deve ser substituído ou refeito imediatamente.

8.3. Nos casos onde forem constatadas falhas, vícios aparentes ou ocultos, o fornecedor fica obrigado a reparar os serviços e/ou substituir o produto que comprovadamente tenha revelado defeito ou não surtido o efeito desejado, por item equivalente, assim considerando aquele que apresentar características técnicas iguais ou superiores aos substituídos/reparados, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis..

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE (ART. 92, INCISO V)

11.1. Os preços do(s) objeto(s) não será(ão) reajustado(s) nos primeiros 12 (doze) meses.

11.2. Em havendo prorrogação de prazo contratual e após, transcorridos os 12 (doze) meses iniciais, os preços contratados poderão sofrer reajustes, tendo-se como base, índice de correção o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro que o vier substituí-lo, com base na Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, em atendimento ao art. 92, V, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, INCISO XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA se:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

12.2.4. Multa:

a) moratória de 0,33% (trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.5. O atraso na execução dos serviços, superior a 30 (trinta) dias autoriza a



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.6. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.2.7. Todas as sanções previstas neste instrumento contratual poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.2.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.2.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.2.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

12.2.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos no art. 159 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2.14. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo de referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.2.15. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161).

12.2.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. Poderá o presente processo licitatório ser rescindido pela CONTRATANTE a qualquer momento sem que haja qualquer tipo de motivo relevante, notificando previamente por escrito, no prazo de 10 (dez) dias a CONTRATADA, pautada no princípio da Supremacia do Interesse Público e na Indisponibilidade do Interesse Público.

13.2. A CONTRATADA poderá solicitar a rescisão inversa nos casos expressamente previstos em lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NULIDADE

14.1. Na hipótese de que qualquer termo ou disposição do presente Contrato venha a ser declarado nulo ou não aplicável, tal nulidade, ou inexecutibilidade, não afetará o restante do Contrato que permanecerá em pleno vigor e eficácia, como se tais disposições jamais lhe houvessem sido incorporadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso, em razão do presente contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

15.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

15.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

15.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

15.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

15.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

15.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

15.12. Os contratos e convênios de que trata o §1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos e não previstos no presente Contrato serão decididos entre os contratantes, observados os preceitos de direito público e as disposições legais vigentes.

16.2. Quaisquer divergências oriundas do presente instrumento, decorrentes de eventuais lacunas, serão solucionadas pelos contratantes de acordo com os princípios da boa-fé, da equidade e da razoabilidade.

16.3. A omissão ou tolerância de uma das Partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições ora contratados não implicam em novação ou renúncia a direitos, sendo considerada mera liberalidade, não afetando os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. A CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente instrumento, nos termos do Inciso II do Art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. As Partes declaram e garantem que estão livres e desimpedidas e que os termos e condições aqui acordados não infringe direta ou indiretamente qualquer obrigação assumida previamente, seja entre elas ou com terceiros. As Partes declaram e garantem, ainda, que têm poderes para celebrar e cumprir plenamente com todas obrigações previstas neste instrumento.

18.2. As Partes declaram que o presente Contrato constitui-se na totalidade dos entendimentos entre elas havido no que toca ao objeto do presente, incorporando todas as comunicações anteriores e contemporâneas entre as mesmas. Caso ocorra qualquer conflito entre este Contrato e qualquer outro documento que possa ser a ele anexado, os termos deste Contrato prevalecerão.

18.3. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, por acordo entre as partes, desde que não implique na mudança do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. De comum acordo, as partes elegem o Foro da Comarca Caraguatatuba, Estado de São Paulo, renunciando, desde logo, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer questão que se originar deste Contrato, e que não possa ser resolvida amigavelmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ASSINATURA

19.1. E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes, na presença de 02 (duas) testemunhas, podem assinar o presente instrumento, eletronicamente, mediante o uso de assinatura eletrônica ou digital, usando plataforma segura e certificada, concordando, ainda, em arquivar a sua via contratual da forma que melhor atender seus interesses, ressaltando que a assinatura eletrônica ou digital expressa a sua real, livre e manifesta vontade, assegurando total e absoluta ausência de dolo, culpa ou coação, ou quaisquer tipos de vícios hábeis a tornar nulo ou anulável o referido instrumento.

19.2. Tratando-se de vias impressas, estando as partes de acordo, para o mesmo efeito de direito, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

presença de 02 (duas) testemunhas, para que se produzam os devidos efeitos legais.

19.3. São partes integrantes a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

19.4. Termo de Referência – TR;

19.5. Termo de Ciência e de Notificação;

19.6. Proposta comercial da empresa CONTRATADA.

Caraguatatuba/SP, _____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
RG nº _____

Nome: _____
RG nº _____



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

ANEXO VI

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO **(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): ____/2024 – DL Nº 03/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DAS POLTRONAS, LONGARINAS E CARPETE NAS DEPENDENCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Caraguatatuba, _____.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAGUATATUBA

Estância Balneária

Estado de São Paulo

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: RENATO LEITE CARRIJO DE AGUILAR

Cargo: Presidente

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO / ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: RENATO LEITE CARRIJO DE AGUILAR

Cargo: Presidente

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: RENATO LEITE CARRIJO DE AGUILAR

Cargo: Presidente

CPF:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*)

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____